



INSTITUTO FEDERAL  
ALAGOAS



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO**

**POLO DE APOIO PRESENCIAL SÃO JOSÉ DA LAJE**

ABIDIAS DA SILVA  
VAGNER PEREIRA DA SILVA

**A GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL MUNICIPAL NA APA MURICI NO MUNICÍPIO  
DE UNIÃO DOS PALMARES/AL**

São José da Laje/AL  
2023

ABIDIAS DA SILVA  
VAGNER PEREIRA DA SILVA

**A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NA APA MURICI NO MUNICÍPIO DE UNIÃO  
DOS PALMARES/AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Bacharelado em  
Administração Pública do Instituto Federal de Alagoas –  
IFAL, Polo São José da Laje, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Administração  
Pública.

**Orientador:** Prof. José Aparecido da Silva Gama.

São José da Laje/AL  
2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus Murici***  
**Biblioteca Professor Cícero Vieira de Araújo**

---

S586g Silva, Abidias da.

**A Gestão Pública Ambiental Municipal na APA Murici no Município de União dos Palmares - AL/** Abidias da Silva, Vagner Pereira da Silva. -2023.

30 f . : il.

Arquivo no Formato PDF do Trabalho Acadêmico.

Orientação: Prof. José Aparecido da Silva Gama.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, UAB : Polo São José da Laje, São José da Laje, 2023.

1. Administração Pública 2. APA 3. Gestão Pública 4. Serra dos frios.  
I. Título. II. Vagner Pereira da Silva.

CDD: 354.3

---

**Lucicláudia Silva dos Santos**  
**Bibliotecária — CRB-4/2115**


UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB  
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL  
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
POLO PRESENCIAL SÃO JOSÉ DA LAJE


ABDIAS DA SILVA  
VAGNER PEREIRA DA SILVA

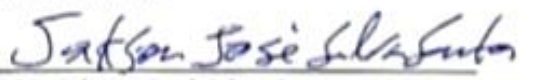
A GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NA APA MURICI NO MUNICÍPIO DE UNIÃO  
DOS PALMARES/AL

Aprovada em: 03.02.2023

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. M<sup>o</sup> José Aparecido da Silva Gama - IFAL/UAB  
Orientador

  
Prof. Dr. Adélmo Lima Bastos - IFAL  
Examinador Interno

  
Prof. ESP. Jakson José Silva Santos – SEDUC -AL  
Examinador Externo

Marechal Deodoro – Al  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por nossa vida, e por nos permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. Aos amigos, familiares e as pessoas certas que sempre estiveram ao nosso lado, pelo apoio incondicional e pela força demonstrada ao longo de todo o período de tempo em que nos dedicamos a este trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação acadêmica ao longo do curso. A todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, enriquecendo o nosso processo de aprendizado. E por fim a Instituição de ensino, Instituto Federal de Alagoas, que foi essencial no nosso processo acadêmico, pela dedicação, e por tudo o que aprendemos ao longo dos anos no curso.

## RESUMO

As Áreas de Proteção Ambiental são áreas em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, ainda. O objetivo geral deste trabalho é analisar a atuação dos órgãos da gestão pública ambiental municipal na APA Serra dos Frios no Município de União dos Palmares - AL. Como estratégia metodológica utilizou-se a abordagem qualitativa e descritiva, os instrumentos utilizados foram: Levantamento bibliográfico e visita a secretaria municipal de meio ambiente para aplicação de questionário com o seu dirigente. De acordo com os resultados obtidos foi constatado que a secretária de Meio Ambiente de União dos Palmares vem desenvolvendo atividades de fiscalização e educação ambiental no município e promoveu a criação da Estação Ecológica por meio de decreto municipal para garantir a proteção ambiental no município estudado.

Palavras-Chaves: Administração Pública, APA, Gestão Pública, Serra dos Frios.

## **ABSTRACT**

Environmental Protection Areas are generally extensive areas, with a certain degree of human occupation, endowed with abiotic, biotic, aesthetic or cultural attributes that are especially important for the quality of life and well-being of human populations, and have as their basic objectives protect biological diversity, discipline the occupation process and ensure the sustainability of the use of natural resources, yet. The general objective of this work is to analyze the performance of municipal environmental public management bodies in the APA Serra dos Frios in the Municipality of União dos Palmares - AL. As a methodological strategy, a qualitative and descriptive approach was used, the instruments used were: Bibliographic survey and visit to the municipal secretary of the environment to apply a questionnaire with its leader. According to the results obtained, it was verified that the secretary of Environment of União dos Palmares has been developing inspection and environmental education activities in the municipality and promoted the creation of Ecological Station by means of municipal decree to guarantee environmental protection in the studied municipality.

**Key-words:** Public Administration, APA, Public Management, Serra dos Frios.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

BPA – Batalhão de Polícia Ambiental

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEPRAM - Conselho Estadual de Proteção Ambiental

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas

ESEC – Estação Ecológica

IMA – Instituto do Meio Ambiente

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

PPA – Planos Plurianuais do Governo Federal

Rio-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEGIREH - Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Símbolo que representa a A3P. _____	15
Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade _____	17
Figura 3 - Mapa de Localização da distribuição das APA no Estado de Alagoas ____	21
Figura 4 - APA de União dos Palmares. _____	22
Figura 5 – Ocupação irregular na Serra dos Frios. _____	22
Figura 6 - Incêndio na Serra dos Frios _____	23

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.1.1 Geral.....	12
1.1.2 Específico .....	12
Apresentar a caracterização da APA Murici no município de União dos Palmares;.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	13
2.1 A Legislação Ambiental no Brasil .....	13
2.2 Gestão Ambiental e Gestão Ambiental Pública – A3P .....	14
2.3 Sustentabilidade e Administração Pública .....	16
2.4 A Área de Proteção Ambiental (APA) Murici. ....	18
3- METODOLOGIA .....	20
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	21
4.1 Caracterização da APA Murici em União dos Palmares .....	21
4.2 Análise e descrição da atuação da gestão pública ambiental municipal na APA Serra dos Frios em União dos Palmares/AL.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
6. REFERÊNCIAS .....	27
7. APÊNDICE .....	29

## 1. INTRODUÇÃO

A demanda pela gestão dos recursos naturais e promoção da conservação ambiental tem alcançado debate global na agenda pública de vários países. Em 1972, algumas nações, através dos seus representantes e entidades se reuniram em Estocolmo, capital da Suécia, para a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Todavia, é 20 anos depois no Brasil, que aconteceu a mais importante reunião com pauta ambiental, tornando-se um marco histórico na consolidação do debate político para o desenvolvimento sustentável.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que aconteceu em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92, evento que promoveu o debate sobre o desenvolvimento ambiental e alertou para necessidade de agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações do planeta.

Na Rio 92 ocorreu a aprovação da Agenda 21, que foi um documento elaborado em consenso entre as nações presentes que, propôs programas de ação para construir sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (LUIZ et al, 2013). Tal documento se tornou um marco legal para a promoção de políticas públicas ambientais, promovendo assim, a sensibilização para a gestão ambiental.

Após a proposição da agenda 21, ficou a cargo de cada país a responsabilidade de promover suas Agendas Locais através das suas prioridades. O Brasil, em 2002, promoveu a Agenda 21 Brasileira, a qual vem integrando os Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA) desde 2004. A agenda 21 brasileira tem por base as recomendações da Agenda 21, a Declaração do Rio/92 e a Declaração de Johannesburgo de 2002.

Em 2009 o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, elaborou um programa denominado A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública. A A3P propõe a revisão dos padrões de consumo e produção e a sensibilização dos gestores públicos para aderir novos referenciais de sustentabilidade ambiental em suas atividades (MMA -

A3P, 2009). Tal documento se torna importante no estudo deste trabalho, pois será estudado para uma melhor compreensão do papel da Administração Pública na ação de gestão para a promoção da proteção ambiental. É importante ressaltar, que o seguimento da A3P não é obrigatório, sendo sua adesão facultativa aos gestores públicos.

Seguindo a realidade mundial e nacional de criação de leis e decretos para a proteção e conservação ambiental em 1997 foi criado no Estado de Alagoas a Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici por meio da Lei estadual nº 5.907/1997. A APA Serra dos Frios tem uma área de 116.100 ha, e abrange os municípios de Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Ibateguara, Colônia Leopoldina, Nova Lino, Joaquim Gomes, Messias, Branquinho e Flexeiras.

Nos últimos anos, a APA de Murici vem sofrendo uma série de impactos ambientais decorrentes de vários fatores desde a ocupação urbana irregular a queimadas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos órgãos da gestão pública municipal ambiental na APA de Murici, restrita ao município de União dos Palmares/AL

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

Analisar a atuação da gestão pública municipal na gestão ambiental da APA Murici na área que abrange o Município de União dos Palmares/AL.

### 1.1.2 Específico

Apresentar a caracterização da APA Murici no município de União dos Palmares;

Identificar os órgãos ambientais municipais responsáveis pela gestão ambiental pública municipal na localidade estudada;

Apontar quais as ações ambientais realizadas pelo poder público na APA Murici.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A Legislação Ambiental no Brasil

A legislação ambiental brasileira corresponde a um conjunto de leis, decretos e resoluções ambientais. Seu principal objetivo é estabelecer regras para o funcionamento de empresas ou qualquer outro estabelecimento de acordo com a preservação ambiental, definindo também regras para uma boa conduta dos cidadãos no que se refere ao meio ambiente. A mesma deve ser cumprida por todos os cidadãos, empresas e órgãos, sejam eles privados ou públicos. Sobre a elaboração de leis Moreira (2006) aponta que:

“A elaboração das leis é um papel fundamental dos poderes públicos para promover a conscientização ambiental e incentivar a melhoria tecnológica voltada para prevenção”. (MOREIRA, 2006, p. 34).

Carli (2004,) aponta que a legislação ambiental brasileira se originou da necessidade de se disciplinar a conduta humana em relação ao uso dos recursos naturais, como: água, solo, florestas, ar e animais. Ainda segundo Carli (2004) a proteção ao meio ambiente é um fator indispensável para a sobrevivência, esse mesmo autor também pontua que “A proteção ambiental é encontrada nas mais antigas civilizações, pois a ação predatória do homem sobre a terra é tão antiga quanto sua existência”.

Tozadori (2010) e Carli (2006) apontam que a gênese da legislação ambiental brasileira se inicia com a descoberta ou posse das terras brasileiras pelos portugueses e cita como exemplo a proibição do corte de árvores frutíferas profetizadas na ordenação de Dom Afonso IV. E mais tarde em 1605 o Regimento do pau-brasil, que se configura como a primeira lei de proteção florestal portuguesa em terras brasileiras, na qual era exigida a autorização real para o corte desta árvore, havendo outras limitações para a exploração do pau-brasil. Esse regimento lei conforme aponta Tozadori (2010) tinha como finalidades a proibição do corte do pau-brasil sem expressa licença real ou do provedor-mor da fazenda da capitania, em cujo distrito estivesse a mata que houvesse de cortá-lo, sob pena de morte e confisco de toda a fazenda do infrator.

Embora seja uma legislação ambiental sem consciência conservacionista, pois a única preocupação era apenas de ordem econômica, comprovou-se que,

desde o princípio procurou-se proteger as florestas, principalmente com a adoção de contenção, que na época mostrou-se necessária.

Ainda segundo Carli (2006) outros marcos normativos como regimentos, alvarás e outras formas legislativas, foram criadas como medidas de proteção ambiental, como por exemplo, a expedição em 1797 das Cartas Régias, uma dessas cartas exclusivamente a expedida em 13 de março de 1797, trazendo grande preocupação com a defesa da fauna, das águas e dos solos, alertando sobre cuidados com a conservação das matas no Brasil, evitando assim sua destruição.

O desenvolvimento da legislação brasileira sofreu significativas mudanças no decorrer dos anos, sendo hoje uma das mais avançadas do mundo, pois sustenta-se a um conjunto de leis que realmente é voltado na proteção do meio ambiente e na promoção de uma política sustentável, que beneficie a geração presente e as próximas gerações.

## 2. 2 Gestão Ambiental e Gestão Ambiental Pública – A3P

A gestão ambiental pública é definida como um processo realizado pela administração pública, que tem como foco a sustentabilidade, com interesse de diminuir os impactos causados ao meio ambiente. Sobre a gestão ambiental no sentido geral Almeida (2005) apresenta a seguinte definição;

Gestão ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos e sócio culturais – às especificações do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordado/definidos (ALMEIDA, 2005. p 1).

Sendo um processo de articulação das ações, a gestão ambiental como aponta Almeida (2005) é uma das ferramentas significativa na conservação ambiental e minimização dos impactos ambientais.

Cabe destacar que na gestão ambiental, um dos reflexos da Conferência ECO-92 é a Agenda 21, que é um documento elaborado em consenso entre as nações para servir de marco legal para a promoção de políticas públicas ambientais, gestão e a sensibilização ambiental.

Após a elaboração da agenda 21, ficou a cargo de cada país a responsabilidade de promover suas Agendas Locais através das suas prioridades. O Brasil começou a elaboração de agenda 21 em 1996 e concluiu em 2002, a Agenda 21 Brasileira, teve por base as recomendações da Agenda 21 da RIO 92. A criação da agenda 21 brasileira serviu de referencial para as práticas de gestão ambiental de vários setores da iniciativa privada. (ALMEIDA, 2005)

Quanto a gestão ambiental pública brasileira o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, elaborou um programa denominado A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública que passou a vigorar a partir de 2009, (LUIZ, 2013)

A gestão ambiental pública é norteada pela Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) criada em 1999, ela é uma ferramenta importante para as instituições, porque traz políticas que ligam ações de melhoria relacionadas ao meio ambiente no âmbito organizacional, (LUIZ, 2013). O programa busca melhorias nas condições ambientais existentes nas organizações públicas e nas áreas sob suas responsabilidades.

A Figura 1 exposta abaixo, mostra o símbolo representativo A3P que surgiu como objetivo de chamar a atenção da sociedade para as questões socioambientais na administração pública e até mesmo no mundo.

Figura 1: Símbolo que representa a A3P



Fonte: (MMA, A3P, 2009).

A A3P na Administração Pública surgiu em 1999 como um projeto do Ministério da Educação do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de buscar a revisão dos padrões de produção, consumo e a adoção de novas estratégias de sustentabilidade ambiental nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas do governo (Federal, Estadual e Municipal).

No âmbito da Administração Pública a A3P é um programa que pretende conscientizar as instituições públicas relacionadas a questões de sustentabilidade a serem realizadas nesses órgãos. (A39, 2001)

A A3P está organizada em cinco eixos temáticos conforme aponta Cartilha A3P (2009)

- 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: identifica-se na utilização racional de água, energia, papel, o consumo de copos plásticos, entre outros.
- 2) Gestão adequada dos resíduos gerados: identifica-se na utilização dos 5R's. Deve-se primeiro reduzir o consumo e combater o desperdício e depois destinar os resíduos gerados de forma correta.
- 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho: identifica-se em satisfazer e facilitar as necessidades dos servidores em suas atividades no ambiente organizacional através de ações.
- 4) Sensibilização e capacitação dos servidores: identifica-se em fortalecer a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental dos servidores.
- 5) Licitações sustentáveis: identifica-se no dever que os órgãos públicos têm de promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras.

A Agenda ambiental tem priorizado em suas ações como um princípio a Política do 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar, apresentados na imagem abaixo. O último R, "recusar" consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, em proporção elevada, definirá o sucesso de qualquer iniciativa para a inclusão de medidas ambientais no âmbito organizacional (A3P 2009, p. 36).

### 2.3 Sustentabilidade e Administração Pública

Para Mikhailova (2004, p. 21) sustentabilidade "é a capacidade de sustentar, favorecer ou manter o bom estado". Ou seja, uma atividade que necessita da utilização de recursos que provém da natureza, só é considerada sustentável, se tiver condição se manter ao longo do tempo sem que este recurso se acabe ou cause risco a outros elementos do meio ambiente.

As discussões sobre sustentabilidade iniciaram-se na Conferência das Nações unidas (CNUMAD), ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, onde foram

elaborados importantes documentos, inclusive a Agenda 21 Global que é o documento que define o desenvolvimento sustentável como aquele que deve atender as necessidades do presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Na última década, o termo sustentabilidade ficou mais conhecido no mundo como a forma de cuidar do meio ambiente, mas o que poucos conhecem, é que esse termo vai muito além do ser ecológico e cuidar do meio ambiente (MIKHAILOVA, 2004). Sustentabilidade de acordo com a organização das nações unidas – ONU é o equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social que assegura a conservação ambiental a curto, médio e longo prazo. A ONU também apresenta conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações

A sustentabilidade conforme aponta Mikhailova (2004), está firmada pelo tripé composto pelas inter-relações entre as dimensões econômica, social e ambiental. Apresentado na figura 2.



Fonte:Pt.linkedin.com

Atualmente, a gestão da questão ambiental tem sido um grande desafio para a administração pública em todo mundo, juntamente com as questões econômicas e sociais. Decorrem desse desafio debates sobre as políticas e formas de gestão adequadas para se garantir um modelo de desenvolvimento permanente e não depredatório. (A3P, 2001)

As dificuldades geradas pela degradação ambiental exigem respostas rápidas e criativas da administração pública, que sejam capazes de dar conta das necessidades dos cidadãos e proteger os recursos fundamentais para seu próprio

bem estar. (A3P, 2001). Esse é sem dúvida um grande desafio para os formuladores de políticas e gestores públicos, que além da concepção interdisciplinar sobre a questão, não podem descuidar dos problemas que envolvem a temática ambiental em seu território.

Conforme pontua Luiz (2013), cabe a administração pública as ações de fiscalização do uso dos bens públicos naturais como rios, florestas e demais áreas naturais para garantir a continuidade desses bens públicos para que as gerações futuras também possam usufruir desses bens.

#### 2.4 A Área de Proteção Ambiental (APA) Murici.

Segundo O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) Lei Federal Nº 9.985/2000 A área de Proteção Ambiental é classificada como uma categoria de unidade de conservação da natureza do grupo de uso sustentável com as seguintes determinações.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de

organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Tendo como principal objetivo a conservação de processos naturais e de biodiversidades, através da orientação, do desenvolvimento e da adequação de várias atividades humanas às características ambientais da área.

Sendo unidade de conservação da categoria uso sustentável, a APA permite a ocupação humana, sua existência é para conciliar a ordenação humana da área e o uso sustentável dos seus recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Murici abrange 10 municípios: Messias, Branquinha, Flexeiras, União dos Palmares, Murici, Joaquim Gomes, São José da Laje, Ibateguara, Novo Lino e Colônia Leopoldina. Essa Unidade de Conservação concentra em toda sua área o maior bloco florestal no domínio da Mata Atlântica do estado de Alagoas totalizando uma área de 1.328,33 km<sup>2</sup>.

No Estado de Alagoas existem 27 Unidades de Conservação sob responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente (IMA), divididas em 05 Áreas de Proteção Ambiental (APA), 02 Reservas Ecológicas e 20 Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Dentre as áreas citadas temos a APA Murici, que em União dos Palmares se localiza em parte da área urbana. A APA Murici é responsável pelo controle térmico da cidade e também pelo abastecimento de açudes e riachos da região através de suas nascentes.

### **3- METODOLOGIA**

O estudo realizado é o tipo qualitativo e descritivo. Estudos descritivos conforme pontua Gil (2019), apresenta as características de determinada população amostral ou fenômenos específicos relacionando-se os dados obtidos pelo pesquisador ao objeto de estudo, no estudo desenvolvido está descrito os resultados obtidos relativo a gestão pública municipal na gestão ambiental da APA Murici no Município de União dos Palmares/AL. Quanto aos procedimentos metodológicos o trabalho foi realizado em duas etapas: Levantamento bibliográfico e visita ao órgão municipal de meio ambiente.

A primeira etapa foi a levantamento bibliográfico onde se buscou fontes bibliográficas sobre legislação ambiental, administração pública na gestão e informações sobre a APA Murici. A segunda etapa foi visita a secretaria municipal de meio de União dos Palmares para levantamento de informações da atuação da gestão pública municipal na gestão ambiental. As informações foram coletadas por meio de entrevista com a utilização de um questionário com 11 perguntas abertas junto ao dirigente do órgão, o secretário municipal de Meio Ambiente. (questionário aplicado encontra-se no anexo).

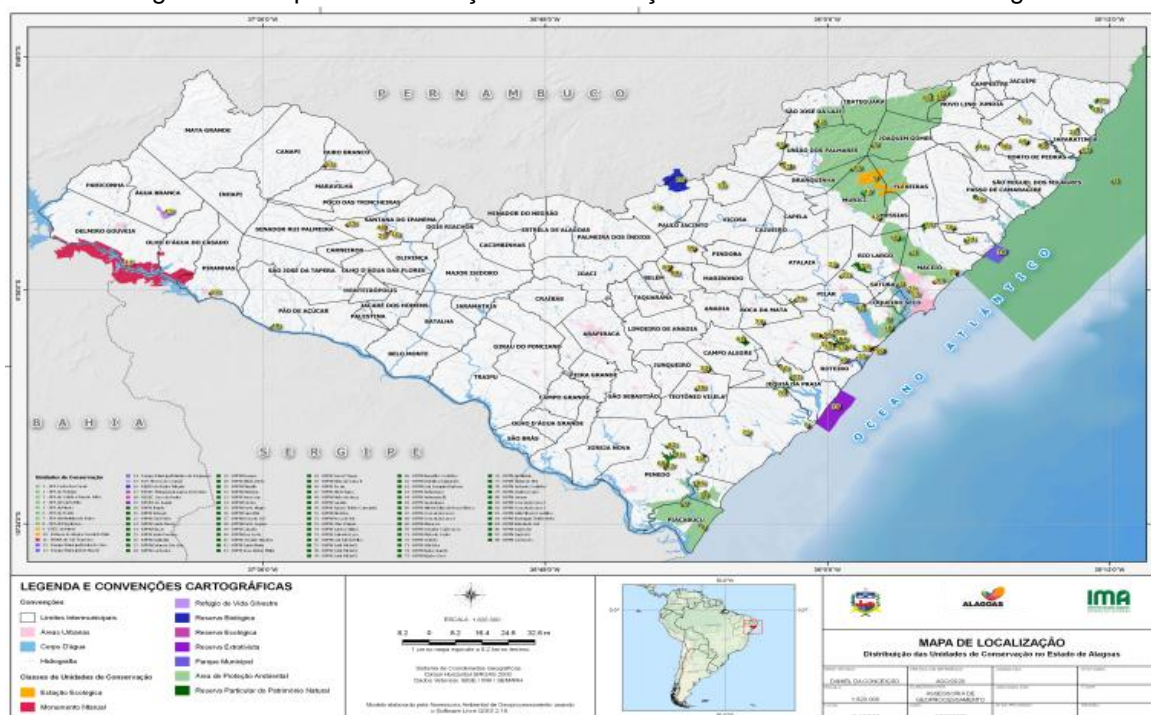
#### 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos e as respectivas análises dos estudos realizados.

##### 4.1 Caracterização da APA Murici em União dos Palmares

A APA Murici é uma Área de Proteção Ambiental (APA), abrangendo os municípios de Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Ibateguara, Colônia Leopoldina, Novo Lino, Joaquim Gomes, Messias, Branquinha e Flexeiras, com uma área total de 1.328,33 km<sup>2</sup>. No município de União dos Palmares cidade objeto de estudo está localizada parte da APA. Na figura 3 de cor verde no lado direito do mapa de Alagoas tem-se a delimitação da APA Murici abrangendo os municípios que compõem a respectiva APA.

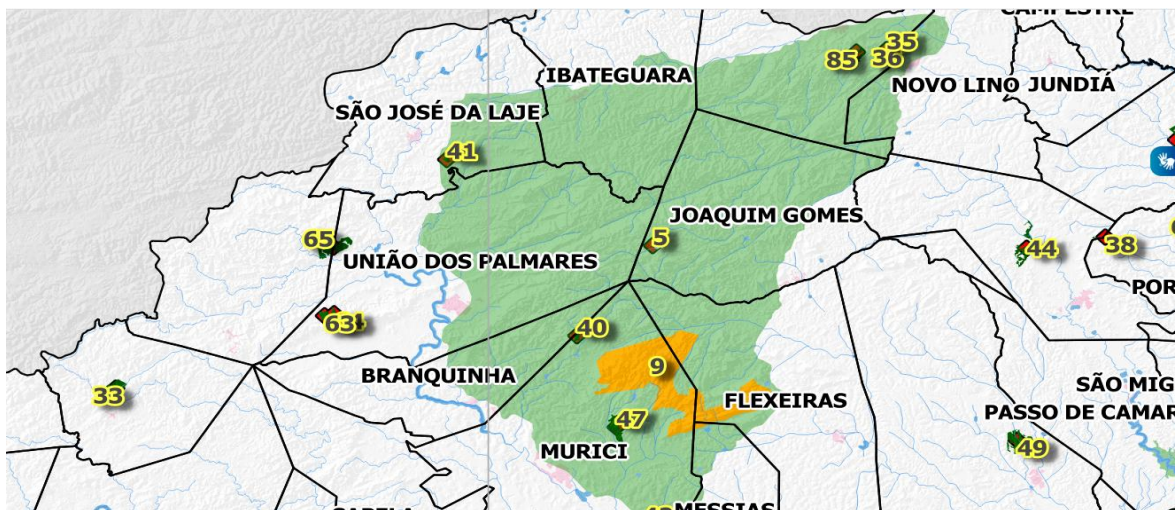
Figura 3 – Mapa de Localização da distribuição das APA no Estado de Alagoas



Fonte: <http://www.ima.al.gov.br/unidades-de-conservacao/>

Na Figura 4 de cor verde tem-se a visualização do mapa com a delimitação das cidades alagoanas da zona da mata, onde se pode visualizar que a APA Murici cerca de 50% da área territorial do município de União dos Palmares.

Figura 4 – APA de União dos Palmares



Fonte: <http://www.ima.al.gov.br/unidades-de-conservacao/>

Conforme aponta o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA), entre os principais problemas nessa região da APA que abrange União dos Palmares tem-se: desmatamentos, queimadas, caças e pescas predatórias, deposições inadequadas de resíduos sólidos e efluentes, e ocupação urbana irregular.

De acordo com relatos de moradores de União dos palmares na APA tem ocorrido problemas de desmatamento, queimadas e ocupação irregular ocorrem com 22WW22S22ncia, pessoas se instalam na região formando moradia, desmatando a mata nativa para dar lugar a área de agricultura. Na figura 5 observa a ocupação irregular na APA por meio de habitações

Figura 5- Ocupação irregular na APA em União dos Palmares



Fonte: [www.ima.al.gov.br/orgaos-ambientais-monitoram-ocupacao-irregular-na-serra-dos-frios/Em 2017](http://www.ima.al.gov.br/orgaos-ambientais-monitoram-ocupacao-irregular-na-serra-dos-frios/Em%202017)

Na figura 6 é apresentada fotografia de um incêndio ocorrido na APA em União dos Palmares que queimou cerca de 15 hectares da mesma região, há época agentes ambientais do Instituto do Meio Ambiente (IMA) comparecem ao local para avaliar os estragos dos incêndios.

Figura 6 – Incêndio na APA em União dos Palmares



Fonte: [23WW.ima.al.gov.br/estado-combate-infracoes-e-crimes-ambientais-na-serra-dos-frios/](http://23WW.ima.al.gov.br/estado-combate-infracoes-e-crimes-ambientais-na-serra-dos-frios/)

Cabe destacar que a APA Murici é uma Unidade de conservação estadual e dessa é competência do governo estadual a fiscalização ambiental, no entanto em União dos Palmares não dispõe de Batalhão de Polícia Ambiental, situação que contribui para o cometimento de crimes ambientais na APA.

#### 4.2 Análise e descrição da atuação da gestão pública ambiental municipal na APA Serra dos Frios em União dos Palmares/AL

Muitos são os desafios enfrentados pela administração pública para ter um desenvolvimento sustentável, pois se faz necessário a atuação de órgãos que elaborem ações para serem postas em prática, que minimizem ou resolvam os problemas, como desmatamento, queimadas e ocupações irregulares.

Esse é o caso da Prefeitura Municipal de União dos Palmares e a Secretaria de Meio Ambiente que são os órgãos públicos atuantes na gestão pública ambiental da APA Serra dos Frios. Esses órgãos vêm desenvolvendo ações para fiscalização

e educação ambiental, um exemplo é a criação da ESEC – Estação Ecológica Serra dos Frios, expedido através do decreto 016, de 25 de julho de 2022 e também a fiscalização do IMA e do BPA que fazem ações periódicas de vinda a unidade.

No levantamento de informações realizado junto à prefeitura de União dos Palmares foi obtido que neste município existe um órgão específico para tratar da gestão ambiental municipal, que é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, situação positiva para este município, visto que em outros municípios de Alagoas o órgão que cuida do meio ambiente é dividido com outro órgão como Secretaria de Agricultura ou Infra Estrutura.

Uma iniciativa de relevante promovida pela poder público municipal em União dos Palmares pela defesa da conservação ambiental foi a criação da Estação Ecológica (ESEC) Serra dos Frios na área territorial de União dos Palmares que abrange os domínios da APA Murici, a criação da ESEC ocorreu por meio do Decreto Municipal nº 016, de 25 de julho de 2022, A ESEC Serra dos Frios conta uma área de 49ha, e tem como objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e a realização de pesquisas científicas.

A estação Ecológica Serra dos Frios será administrada pela Secretaria de Meio Ambiente de União dos Palmares, adotando as medidas necessárias à sua implementação ao seu controle e a sua proteção.

No artigo 6º do decreto Municipal Nº 016 de 25 de julho de 2022, na Estação Ecológica da Serra dos Frios fica proibido:

- I – acesso de pessoas sem autorização;
- II – qualquer atividade em desacordo com este Decreto e o Plano de Manejo da Unidade;
- III – realização de atividades, mesmo que permitidas, sem autorização expressa da Secretaria de Meio Ambiente;
- IV – introdução de animais domésticos;
- V – introdução de espécies exóticas invasoras;
- VI – prática de caça e colocação de armadilhas para fauna dentro do parque e no seu entorno, constituindo infração agravante;
- VII – corte da vegetação nativa, exceto em trecho a ser descrito no zoneamento para a realização de pesquisas;
- VIII – atividades que possam causar perturbação da fauna nativa.

A ESEC ainda não tem um plano de manejo, que está sendo providenciado pelo corpo técnico da secretaria de meio ambiente. Para a realização do plano de manejo já estão sendo articuladas parcerias com UFAL, IFAL, UNEAL, para pesquisas científicas. A secretaria de meio ambiente também informou que pretende parcerias ONGs, empresas e outras Instituições de Ensino Superior.

A secretaria de meio ambiente também informou que às ocorrências de desmatamento, queimadas, ocupações irregulares, são existentes, mas com a criação da ESEC e o apoio do IMA e do BPA vem diminuindo de forma significativa, pois os fiscais da secretaria municipal têm realizado ações constantes de fiscalização.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proteção da APA Murici é de extrema importância, uma vez que sua vegetação é responsável pelo controle térmico da cidade e também suas nascentes para o abastecimento de açudes e riachos da região.

Dentre os principais problemas encontrados na APA Murici estão: o desmatamento, as queimadas e as ocupações irregulares, a partir de tais problemas, o presente trabalho se propôs a analisar a atuação dos órgãos da gestão pública ambiental municipal na APA Murici localizada no município de União dos Palmares / AL.

Verificou-se nesse estudo com os resultados obtidos na análise de dados com o auxílio do questionário que os órgãos da gestão pública municipal – Prefeitura de União dos Palmares e a Secretária de Meio Ambiente têm atuado de maneira significativa quanto à solução e minimização dos problemas mencionados, executando ações como a criação da ESEC, monitoramento pelo IMA e o BPA para sanar os danos existentes e os que por ventura surgirem.

Conclui-se que as ações para redução desses impactos ambientais é imprescindível, e é fundamental também que a população esteja envolvida e dedicada a preservar não só a APA Murici, mas também o planeta como um todo.

Por fim é notório afirmar que os órgãos responsáveis pela gestão pública ambiental municipal têm desenvolvido um trabalho que tem gerado resultados quanto a preservação da APA estudada.

## 6. REFERÊNCIAS

AGENDA Ambiental na Administração Pública. **Manual A3P**. Brasília: MMA/SDS/PNEA, 2001.

AGENDA Ambiental na Administração Pública. **Cartilha A3P**. 5. 27T. Brasília: MMA/SDS/DCRS, 2009.

ALMEIDA, J. R. 27T 27T. **Política e Planejamento Ambiental**. Rio de Janeiro: Thex, 2005

BRASIL, 1988. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARLI, V. M. I. **A obrigação legal de preservar o meio ambiente**. Campinas: ME, 2004.

CAVALCANTE, M. L. S. A. **Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P – considerações sobre implementação nos órgãos públicos**. Disponível em: <<http://revistacontrole.ipc.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/183/185>>.

Acesso em: 24 de Agosto de 2022.

IMA. Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. APA DE MURICI. C2015. Unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.ima.al.gov.br/unidades-de-conservacao/uso-sustentavel/apa-de-murici/>>. Acesso em 25 de fev. de 2019.

LUIZ, Lilian Campagnin 27T 27T. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

LUSTOSA, Maria Cecília J.; YOUNG, C. E. F. **Política Ambiental**. In: Hasenclever, Lia; Kupfer, David. (Org.). Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002, v., p. 569-592.

MIKHAILOVA, I. **Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática**. Santa Maria: Revista Economia e Desenvolvimento, 2004.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental** (Modelo ISSO 1400). Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 2006.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. 2003. 108 f. Monografia (Especialização) – Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: [http://ftp.unisc.br/porta1/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/porta1/upload/com_arquivo/1370886616.pdf) Acesso em: 23 jun. 2022.

Prefeitura. **Diário Municipal**: decreto. Alagoas: União dos palmares, 06. Disponível em: <https://www.diariomunicipal-al.com.br/uniao/wp-content/uploads/2022/08/Decreto-016-22-ESTACAO-ECOLOGICA.pdf>. Acesso em: 24 nov.2022.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS Emani César de. **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

TOZADORI, A. C. **Conservação ambiente, criminalização e percepção da sociedade**. In: **Teses**. 2010. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br&cx=011662445380875560067%3Acack5lsxley&cof=FORID%3A11&hl=ptbr&q=história+direito+ambiental](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=pt-br&cx=011662445380875560067%3Acack5lsxley&cof=FORID%3A11&hl=ptbr&q=história+direito+ambiental). Acesso em: 11 jun. 2022.

## 7. APÊNDICE



## Questionário para pesquisa do TCC

**Título da Pesquisa: DESMATAMENTO E OCUPAÇÃO IRREGULAR NA SERRA DOS FRIOS: A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES/AL**

Cumprimentos ao Sr (a) Somos estudantes do Curso de Administração Pública do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, estamos realizando a aplicação de um questionário que abordará sua percepção a respeito da atuação dos órgãos da gestão pública municipal no contexto do desmatamento e ocupação irregular na Serra dos Frios no município de União dos Palmares/AL. Sendo assim lhe pedimos permissão para lhe apresentar as questões que seguem para serem respondidas e desde já, agradecemos sua atenção e disponibilidade.

**A - Em relação ao perfil do (a) entrevistado (a):**

**1 - Gênero:**

- Masculino;  
 Feminino;  
 Outro

**2 – Nome:** \_\_\_\_\_

**3 – Idade:** \_\_\_\_\_

**4 – Escolaridade:**

- Ensino Fundamental;  
 Ensino Médio;

- Superior;
- Mestrado;
- Doutorado;
- Outra: \_\_\_\_\_

**5 - Local de trabalho:**

Instituição/Empresa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Cargo e/ou função que exerce: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Distrito: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**6 - Reside no Município:**

Sim. Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

Não. Onde? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**B – Em relação à APA Serra dos Frios:**

**7 – Quais são os órgãos públicos que atuam na gestão pública ambiental na APA Serra dos Frios?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8 - Há ocorrência de desmatamentos, queimadas e ocupações irregulares na (APA) Serra dos Frios?**

\_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

**9 - Quais procedimentos são tomados pra inibir as ações ilegais na (APA) Serra dos Frios?** \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

**10 - Quais são as ações realizadas pelos órgãos públicos que compõem a APA Serra dos Frios. Relacionada à fiscalização e educação ambiental?**

---

---

---

---

---

---

**11 - Qual a quantidade de pessoas do órgão que trabalha na parte ambiental?**

---

---

**Muito Obrigado!**

**União dos Palmares, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

**Assinatura do (a) participante:** \_\_\_\_\_

**Assinatura dos pesquisadores:** \_\_\_\_\_

---